

# Nem cafeicultores e nem roceiros: a elite política mineira numa perspectiva patrimonialista (1889-1930)

Vítor Fonseca Figueiredo \*

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. 296p.

O debate acerca do *modus operandi* da política brasileira durante a primeira fase republicana (1889-1930) já foi tema de uma centena de estudos. Pesquisadores diversos têm procurado compreender como o novo regime governamental foi operado nestes pouco mais de quarenta anos. Apesar do teor das pesquisas serem distintos, algumas das conclusões apontam para a mesma direção. A instauração de um regime republicano de bases representativas, pautado na maior liberdade de sufrágio e constituído por um sistema federativo, possibilitou uma maior autonomia às elites locais e regionais sobre a gestão política dos estados e destes sobre os destinos da nação.

Cientes destes aspectos, muitos estudiosos passaram a se dedicar a um problema: compreender o funcionamento e a participação de cada um das unidades federativas nos rumos da política nacional. Neste sentido, nas décadas de 1970 e de 1980, um grupo de historiadores norte-americanos procurou estudar, com o objetivo de fazer um tipo de “história comparada”, o papel político desempenhado pelos principais estados brasileiros durante a Primeira República.<sup>1</sup> Tal intento não

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF e bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior/CAPES. Contato: ffvitor@msn.com

1. Neste ponto me refiro aos seguintes estudos: WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. LOVE, Joseph L. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971. LOVE, Joseph L. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasi-

resultou em um estudo síntese capaz de avaliar as inter-relações destes estados nos rumos da política e da economia brasileira, mas propiciou um referencial teórico importante para a confecção de futuras análises acerca do conjunto da política nacional nos idos da Primeira República.

Os estudos produzidos pelos brasilianistas acabaram por influenciar outros pesquisadores. Todavia, boa parte dos trabalhos passou a se dedicar à compreensão da estruturação e da articulação das elites políticas das duas principais forças do período: os estados de São Paulo e de Minas Gerais. Para muitos, a identificação dos interesses econômicos destes dois estados teria propiciado a criação de uma aliança política capaz de defender o seu maior negócio: o café.

Desde a década de 1980 vários pesquisadores vêm propondo análises mais complexas acerca da aliança conhecida como: “a Política do Café com Leite”. A questão é muito intrincada e exige análises mais refinadas do que a simples identificação de interesses entre os representantes de Minas e de São Paulo. É neste contexto, portanto, que se inserem vários novos estudos, dentre os quais o produzido por Amilcar Vianna Martins Filho.

Em *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*, Martins Filho, logo no primeiro capítulo, propõe uma análise acerca da historiografia da política mineira durante a Primeira República. Para o pesquisador, a pujança política demonstrada pelo estado, no referido período, advém de um conjunto de fatores relativos à existência de um sistema patrimonialista. Diferentemente de outras interpretações, o pesquisador considera que a força de Minas Gerais, durante a primeira fase republicana, adveio da conjunção de interesses dos diferentes setores políticos e econômicos do estado.

Tal tese, portanto, é diametralmente oposta à tradicional interpretação de que o que teria ocorrido no estado durante o período foi uma preeminência dos interesses do setor cafeeiro das regiões Sul e Zona da Mata sobre o destino político do estado no conjunto da federação. Há de se destacar que a produção de café já figurava como a principal fonte de receitas de Minas àquele período. Ademais, o estado já era o segundo maior produtor de café do país, ficando atrás apenas de São Paulo.

Neste sentido, Martins Filho destaca que, influenciada por estes aspectos, a maior parte das produções historiográficas sobre o assunto se pautou em uma interpretação da política estadual identificada com a representação dos interesses do café. Afinal, por boa parte dos qua-

---

leira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. LEVINE, Robert. M. *Velha usina*: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

renta e um anos da Primeira República, a direção política de Minas esteve nas mãos de representantes daquelas duas importantes regiões mineiras.

Pautado em dados diversos, o historiador procurou perceber o real papel do café no posicionamento político das elites estaduais. A interpretação é original e contrária a todas as perspectivas historiográficas que associam a política mineira com a defesa dos interesses do produto. Para o autor, existem ainda poucos estudos acerca da economia de Minas Gerais na Primeira República. Esta lacuna estaria atrelada à existência de um consenso acerca da participação de Minas Gerais no ciclo do café brasileiro. Todavia, os dados apurados demonstram que o impacto do café na vida política e econômica do estado foi restrito. A interpretação proposta argumenta que o que imperou na maior parte da história de Minas foi a existência de um mercado interno diversificado, disperso e introvertido, praticamente autossuficiente.

O café, que passou a ser cultivo de modo comercial na segunda metade do século XIX, no Sul e na Zona da Mata mineira, entrou num rápido ciclo de expansão entre as décadas de 1880 e 1890. Favorecido por aspectos conjunturais, de ordem interna e externa, muitos produtores investiram pesadamente em sua produção. De acordo com o autor, a concentração nesta cultura acabou propiciando, inclusive, uma crise na produção de víveres para o estado.

No entanto, em pouco tempo, a situação se reverteu drasticamente. Com a valorização da moeda nacional frente à libra esterlina, e com o aumento da taxa de exportação do governo estadual, produzir café deixou de ser um bom negócio. Não bastassem estes aspectos, o lucro com o grão não era auferido na produção, mas sim na etapa de comercialização. E esta era feita fora do estado.

Juntos, todos estes aspectos provocaram uma reestruturação do setor cafeeiro. As grandes propriedades começaram a ser fragmentadas, dando origem a uma ampla quantidade de sítios e pequenas fazendas. A policultura voltou a figurar nas áreas produtoras de café e a importação de gêneros alimentícios foi gradualmente suspensa. De acordo com Martins Filho, a tendência à fragmentação das fazendas de café se deu a partir de 1888, com a abolição do trabalho cativo. Muitos agricultores possuíam investimentos em escravos e a abolição lhes representou um duro golpe. Além disso, o governo estadual suspendeu o plano de imigração para Minas. Sendo assim, as pequenas unidades produtoras, dependentes de pouca mão de obra, passaram a constituir um negócio tocado diretamente pelos membros da família e associado à produção de café e de alimentos.

Com base em fontes diversificadas, produzidas por órgãos oficiais ou por contemporâneos, o pesquisador conseguiu traçar um panorama sobre o comportamento introspectivo da economia mineira durante a Primeira República. Os dados impressionam. Muito embora a maior parte da historiografia tenha se prendido à importância do setor exportador, entre 1889 e 1930, mormente o relacionado à atividade cafeeira, Martins Filho conseguiu perceber que Minas era muito mais do que um produtor de café. Por muito tempo, o estado manteve uma postura autossuficiente. Grãos, carnes, leite, manteiga e até mesmo produtos manufaturados eram produzidos em quantidade quase satisfatória para atender a todo o estado. Apenas uma pequena parcela de artigos era importada.

De acordo com Martins Filho, as mudanças na estrutura econômica de Minas, no final do século XIX, especialmente no que se refere à fragmentação do setor cafeeiro e à diversificação da pauta de exportações do estado, provocaram importantes mudanças no campo político estadual. Estas mudanças incidiram em um movimento de recuo do setor privado, especificamente do café, sobre o campo político, e um conseqüente avanço do estado no que se refere a sua autonomia. Este aspecto fica nítido nas análises acerca do conjunto político mineiro, mais diversificado e autônomo do que o apresentado até então pela historiografia.

Na acepção do pesquisador, o poderio político assumido por Minas, ao longo da Primeira República, se deveu, dentre outros aspectos, à recriação do Partido Republicano Mineiro/PRM. O fato é que a Comissão Executiva do PRM, também apelidada de “Tarasca”, se tornou o centro das decisões da política estadual. Imbuída de promover a centralização política de Minas, vários artifícios foram utilizados pela Tarasca, um dos principais dentre os quais se refere à concessão de favores. De acordo com Martins Filho, ao analisar cerca de dois mil projetos de deputados do período e o conjunto de correspondências do governador Raul Soares, é possível perceber a grande quantidade de pedidos. Os favores eram de ordem variada e iam de solicitações de isenção fiscal até a alteração de linhas ferroviárias, em benefício de algum correligionário político. Todavia, um dos principais favores era o de concessão de empregos.

Conforme Martins Filho, a volumosa quantidade de empregos concedida pelo estado de Minas Gerais durante a Primeira República levou alguns analistas, a exemplo de Hélio Jaguaribe, a classificá-lo como um “Estado Cartorial”. Dados levantados indicam que a cada ano eram contratados por Minas cerca de dois mil funcionários. A estimativa é que de 1889 a 1930 o governo tenha absorvido cerca de oitenta mil pessoas.<sup>2</sup>

2. MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de*

Os números impressionam e demonstram que a concessão de empregos por parte do governo mineiro foi uma importante ferramenta no processo de cooptação de aliados políticos. Sobretudo porque os números indicam que não houve regiões mais privilegiadas do que outras; todas, indistintamente, foram fartamente agraciadas com as benesses governamentais.

Todavia, não foi apenas o favor que foi útil ao processo de centralização política em Minas, a violência também foi utilizada e ressaltada por Martins Filho. As oposições e dissidências eram tratadas pelo PRM com violência. Vários são os casos pelo interior do estado de intervenção armada durante disputas eleitorais. Outro grande artifício era a fraude. Como controlador do processo eleitoral, o governo estadual burlava, das mais variadas formas, as eleições ao seu favor. O fato é que o poder do PRM se tornou tão grande que se tornou comum um dito na esfera política estadual: “fora do PRM não há salvação”.

Cooptação, violência e fraude foram, portanto, elementos essenciais para o processo de centralização da elite política mineira. Somente após a ampla utilização destes artifícios o estado de Minas deixou de representar um papel coadjuvante na política nacional para assumir um papel de ator principal. Neste sentido, a própria bancada mineira na Câmara Federal deixou de ser conhecida como “colcha de retalhos” para ser cognominada de “rebanho de carneiros”, tamanha era a força e a disciplina do seu grupo de deputados.

No entanto, a questão central da obra é a tese de que a política mineira durante a Primeira República não se pautou num sistema de representação de interesses, mas sim em moldes puramente patrimonialistas. A histórica conformação da economia teria inviabilizado qualquer possibilidade de a política estadual defender, de modo consistente e duradouro, qualquer tipo de interesse. É curioso, mas Martins Filho também ressaltava que a característica patrimonialista do estado fez com que alguns dos homens do café abrissem mão da representação política para poderem obter as benesses e para não se indisporerem com o PRM. Sendo assim, o verdadeiro “segredo de Minas” teria residido na grande capacidade da elite política mineira em traçar infundáveis estratégias de negociação e conciliação capazes de colocar o estado entre os principais atores da política brasileira do período.

Ainda ao final do livro, Martins Filho tece vários comentários acerca da obra: *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*, escrito pela historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Para o autor, Viscardi teria cometido equívocos ao analisar a econo-

mia mineira durante a Primeira República. Justamente esta, em sua opinião, seria uma questão central no debate acerca da organização política estadual e nacional durante o período. As críticas de Martins Filho, na verdade, se devem às análises elaboradas por Viscardi que, em vários pontos, são diametralmente opostas às organizadas por ele. Diferenças de método, fonte e interpretação histórica que geram argumentos, contra-argumentos e frutíferos debates acerca da temática.

Na verdade, qualquer nova interpretação que contrarie posições historiográficas há muito consolidadas gera polêmica. O trabalho, ora em análise, constitui um belo exemplo. É comum lermos e ouvirmos sobre o poderio exercido pelos estados de São Paulo e de Minas Gerais ao longo da Primeira República. O estudo de Martins Filho vem nos propor uma nova e rica interpretação. Pautada em um grande conjunto documental o historiador nos apresenta reflexões que mostram que os interesses da elite mineira, na verdade, eram variados, e não exclusivamente direcionados para o café. O trabalho, apesar de ter sido produzido há trinta anos, e só agora editado, é uma importante referência aos estudiosos sobre o arcabouço político da Primeira República, em geral, e da História de Minas, em particular.